

## PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CURIMATAÚ - SEMIÁRIDO PARAIBANO

Euarda Luna dos Santos<sup>1</sup>  
José Gustavo França de Medeiros<sup>2</sup>  
Leandro Paiva do Monte Rodrigues<sup>3</sup>

### RESUMO

O artigo discute questões sobre o processo de reforma agrária nos municípios localizados na bacia hidrográfica do rio Curimataú, no semiárido paraibano. Tal estudo é parte da pesquisa intitulada “Cartografias Territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Curimataú na Paraíba e Rio Grande do Norte – Nordeste do Brasil”. O objetivo deste artigo é compreender o processo de reforma agrária na bacia do Curimataú, além de analisar a formação e a importância dos assentamentos rurais para os municípios situados na área paraibana da bacia. Metodologicamente foi utilizado o levantamento bibliográfico, análise de dados e tabelas do INCRA, trabalho de campo e observação geográfica da área. A concentração fundiária sempre existiu no Brasil, pois os grandes latifundiários não aceitam redistribuir suas propriedades, com aqueles que não tem terra, e isso acaba gerando conflitos. A realização da reforma agrária é essencial, para que pessoas que precisam de terra para viver, possam se estabelecer em assentamentos rurais e assim produzir com seus familiares, proporcionando um desenvolvimento social. Na bacia do Rio Curimataú, perfazem 27 municípios, muitos possuem assentamentos rurais, totalizando 66 Projetos de Assentamento, isso representa desenvolvimento para uma expressiva parte da população rural, que busca viver dignamente, produzindo gêneros alimentícios para a sobrevivência. Portanto, a reforma agrária é muito importante, pois visa a diminuição da pobreza, das desigualdades sociais no campo, a produção de alimentos e a distribuição justa da terra por meio de assentamentos rurais.

**Palavras-Chave:** Reforma agrária; Conflito; Assentamento; Curimataú.

### INTRODUÇÃO

Reforma agrária é uma política pública de distribuição de forma justa da terra. Tal ação é contrária aos interesses do capital latifundiário, com suas grandes propriedades, se recusam a realização da reforma e conseqüentemente, perda de sua terras, poder e renda. Certo que este capital fundiário recebe apoio de políticas públicas, que torna a reforma agrária uma realização ainda mais difícil.

É dever do Estado realizar a reforma agrária, porém por ser um sistema capitalista, o Estado defende os latifundiários e conseqüentemente não se interessa em realiza-lá. Assim, movimentos sociais defensores da reforma agrária, entram em ação para reivindicar o direito

<sup>1</sup>Graduanda do curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, [eduardaluna29@gmail.com](mailto:eduardaluna29@gmail.com)

<sup>2</sup>Graduando do curso de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, [josegustavofranca@gmail.com](mailto:josegustavofranca@gmail.com)

<sup>3</sup>Professor Orientador: Doutor em Geografia, Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, [leandropaiva07@gmail.com](mailto:leandropaiva07@gmail.com)

de ter acesso a terra e a uma esperança de vida digna. Assim, começa a surgir no campo, conflitos pela terra, protagonizados, por pessoas sem terras e insatisfeitas com a estrutura fundiária injusta, que predomina no Brasil.

Este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Estadual da Paraíba, denominada de “Cartografias Territoriais da Bacia Hidrográfica do Rio Curimataú na Paraíba e Rio Grande do Norte – Nordeste do Brasil. Tal pesquisa se constitui parte de um projeto maior do PROPESQ chamado “Território das Águas no Semiárido: conflitos e dependência por recursos hídricos na bacia hidrográfica do Curimataú entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte - Nordeste do Brasil”.

O objetivo desse trabalho é compreender o processo de reforma agrária na bacia Hidrográfica do Curimataú<sup>4</sup>, além de analisar a importância dos assentamentos rurais para os municípios situados na bacia. Esse trabalho possibilita uma maior compreensão sobre a reforma agrária e suas questões, além de proporcionar uma discussão sobre a reforma, em alguns municípios da Paraíba, que estão situados na bacia hidrográfica do rio Curimataú, bem como compreender a importância dos assentamentos para a formação do território dos respectivos municípios.

Inicialmente faz-se uma abordagem geral sobre os conflitos e a questão agrária no Brasil, depois uma abordagem a nível estadual e local, da bacia hidrográfica do rio Curimataú. Metodologicamente foi utilizado o levantamento bibliográfico, análise de dados e tabelas do INCRA (2017), trabalho de campo e observação geográfica da área. Assim, os assentamentos são muito importante para a ocupação territorial dos município da bacia do Curimataú, além disso, vale ressaltar que o objetivo dos assentados na maioria das vezes, não é o lucro, mas sim a melhoria de vida, tendo para isso, a terra.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para uma maior compreensão sobre a reforma agrária e os conflitos territoriais de luta pela terra, foi utilizado autores como Fernandes (2000; 2013); Lima (2008); Miralha (2006); Moreira (1996); Oliveira (2007); Stédile (1997), entre outros que deram uma base teórica para

---

<sup>4</sup> Neste trabalho optou-se a considerar a ideia de região do Curimataú, conforme a antiga regionalização proposta pelo IBGE em 1989, pois consideramos mais apropriado para o estudo, uma vez que esta denota com a identidade ambiental, cultural do local, diferente da proposta do IBGE (2017) das regiões imediatas e intermediárias, que estão apoiadas na ideia da influencia urbana.

a discussão do assunto. Tais autores possibilitaram também, a compreensão de forma geral, das dinâmicas de ocupações e estabelecimento de assentamentos, das relações sociais, econômicas e ambientais estabelecidas nos assentamentos.

Foram feitas análises e sistematização de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Sistema IBGE de Recuperação Automática de Dados (SIDRA), coletando informações sobre população (total, urbana e rural). Com os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através da relação de Assentamento Rurais, com atualização em 31 de dezembro de 2017, analisamos a quantidade, capacidade de famílias, famílias assentadas e área territorial dos Assentamentos Rurais nos Municípios da Bacia do Rio Curimataú – PB. Buscando entender a dinâmica dos municípios com relação aos assentamentos e analisando por meio dos dados, a importância dos assentamentos para os municípios da qual fazem parte.

A realização de trabalhos de campo foi fundamental para observar na prática tais informações e entender a realidade dos assentamentos rurais, bem como observar a relação entre a sociedade, território e natureza, pois ambos devem conviver e se desenvolver de forma harmoniosa, garantindo o desenvolvimento social e econômico das pessoas.

A análise geográfica da área foi necessária para compreender como surgiram os conflitos por terra, resultado da estrutura fundiária concentrada nas mãos de poucos, além de auxiliar no entendimento de como os elementos naturais tais como: relevo, solo, vegetação e disponibilidade de água, contribuíram para a realização de conflitos e conseqüentemente da reforma agrária.

A bacia do rio Curimataú é uma das onze bacias existente na Paraíba e se estende até o Rio Grande do Norte, onde deságua no mar. Possui uma área de drenagem total de 3.589 km<sup>2</sup>. Na Paraíba estão inseridos na Bacia os municípios de: Algodão de Jandaíra, Araruna, Areial, Bananeiras, Barra de Santa Rosa, Belém, Cacimba de Dentro, Caiçara, Casserengue, Cuité, Damião, Dona Inês, Duas Estradas, Esperança, Jacaraú, Lagoa de Dentro, Logradouro, Olivedos, Pocinhos, Pedro Régis, Remígio, Riachão, Serra da Raiz, Sertãozinho, Solânea, Sossego e Tacima. Totalizando 27 municípios paraibanos. A maioria deles possui assentamentos rurais em seu território.

## **REFORMA AGRÁRIA E CONFLITOS NO BRASIL: O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

A concentração fundiária tem origem no Brasil desde a colonização. Quando a coroa portuguesa decide criar as capitâneas hereditárias, como forma de produzir e povoar as terras do Brasil. Em seguida, surgiu o sistema de sesmarias, criado devido à necessidade de produzir nas áreas improdutivas da capitania. A partir disso, originou-se não apenas a concentração de terras, mas também a luta pela terra, conflitos gerados pelos nativos e trabalhadores explorados, que resistiam e lutavam para permanecer na terra. Desde esse período que existe a concentração fundiária, nem todos tinham direito a terra, apenas os brancos e ricos. Ao agricultor, negro e índio, cabia apenas trabalhar, em péssimas condições.

Com a criação da Lei de Terras em 1850, garantiu ainda mais a concentração de terras, porque apenas quem tivesse condições de pagar pela terra, era quem tinha direito de ter a posse, porém apenas os ricos tinham condições, aos trabalhadores pobres, cabia o trabalho árduo. “A lei de terras, foi um artifício fundamental para as elites da época, manter inalterada a estrutura agrária” (MIRALHA, 2006, p. 154).

O Brasil teve vários momentos em sua história, em que poderia ter sido realizada a reforma agrária, porém nada foi feito, porque as elites latifundiárias sempre se articulavam para interferir e não realizar mudanças agrárias, para manterem seus latifúndios. Ao invés de fazer a reforma agrária, o Governo Brasileiro possibilitou os latifundiários a modernizar e melhorar suas produções, causando uma modernização conservadora, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural instituído em 1965.

Moderniza o campo, mas conserva a estrutura fundiária de concentração de terra e exclusão dos trabalhadores. Todavia, com o encerramento do sistema de crédito, os latifúndios menos desenvolvidos tecnologicamente, entraram em grande crise, ocorrendo um processo de expulsão dos trabalhadores, aqueles que não têm terras para viver e produzir, ficaram insatisfeitos com tal situação injusta e iniciaram um processo de busca de direitos, criando conflitos pela terra. O conflito é parte da questão agrária, e dele depende o desenvolvimento.

Os conflitos sociais no campo tendem a aumentar como consequência natural da enorme contradição que existe em nosso país: de um lado, vastas extensões de terras inaproveitadas e apropriadas por latifundiários; de outro, enormes contingentes populacionais de trabalhadores que sabem e podem trabalhar a terra, mas são impedidos de fazê-lo. (STÉDILE, 1997, p. 29)

Cumprir dizer que o Brasil já teve vários conflitos por terras, mas em “1960 começa a surgir no campo, militâncias políticas, movimentos sociais, como as Ligas Camponesas no Nordeste, que eram contra a desigualdade social e a concentração fundiária, pressionando o governo para fazer a reforma agrária” (MIRALHA, 2006, p.156). As Ligas Camponesas

foram crescendo, e foi por meio delas, que a luta pela reforma agrária no Brasil ganhou dimensão nacional. As Ligas foram organizando, principalmente no Nordeste brasileiro, a luta dos camponeses foreiros, moradores, rendeiros, pequenos proprietários e trabalhadores assalariados rurais da Zona da Mata, contra o latifúndio.

A Liga Camponesa foi o primeiro movimento social pela luta da terra e a partir disso, outros movimentos foram surgindo nacionalmente (OLIVEIRA, 2007). Vale ressaltar que rendeiro, morador, meeiro, foreiro, são tipos de relações pré-capitalistas de trabalho, desenvolvidas no campo, enquanto que agricultor assalariado, já é uma relação capitalista.

Os movimentos sociais foram muito importantes na questão agrária brasileira e na luta pela terra, deste modo tem-se a instituição da Comissão Pastoral da Terra (CPT) criada em 1975, bem como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que foi criado em 1984, em Cascavel (PR). Sobre o MST Girardi (2008, p. 114) afirma: “O MST luta por um desenvolvimento que considere a diminuição da desigualdade e da pobreza no campo, na cidade e na floresta, a partir da resolução dos problemas da questão agrária”.

O MST reivindica a implantação de assentamentos, para que as famílias possam desenvolver a agricultura familiar, vivam de forma digna. Os fazendeiros não gostam dos “Sem Terras”, porque invadem suas propriedades e reivindicam o direito a terra, como afirma o autor:

Os latifundiários condenam as mobilizações organizadas pelos sem-terra, como ocupações, caminhadas e manifestações nas cidades, apontando-as como um processo de agitação social. Argumentam que elas apenas “pregam o ódio entre as pessoas e não constroem nada”, além de causarem muita instabilidade e insegurança nas fazendas e entre os moradores das cidades do interior, criando um clima de terror. (STÉDILE, 1997, p. 54)

No Brasil, o número de assentamento cresceu no governo FHC, porém sem muita qualidade com falta de estrutura e acesso aos serviços básicos. Quantidade não é qualidade. Esse aumento de assentamento no governo FHC se deve à pressão dos movimentos sociais, como o MST. A partir daí, se intensificou a desapropriação de terras pelo governo e construção dos assentamentos (MIRALHA, 2006). Os assentamentos podem contribuir para a diminuição da pobreza e das dificuldades no campo, eles tornam produtivas as terras que estão inutilizadas, sem falar na agricultura familiar desenvolvida, que produzem gêneros alimentícios para a população no geral. Redistribuir a terra por meio de assentamentos é uma boa forma de promover o desenvolvimento social.

A CPT é outro movimento social que contribuiu para a luta na questão agrária, visando à “organização e conscientização dos camponeses” (STÉDILE, 1997, p. 17). É um

movimento da Igreja Católica, que “defendia como modelo de reforma agrária, a permanência dos camponeses na terra” (FERNANDES, 2013, p. 103).

Desde quando começaram as experiências, a CPT promoveu a articulação das lutas, criando espaços de socialização política entre os trabalhadores de quase todo o país. Nesses lugares, os sem-terra trocaram experiências e começaram a pensar o desenvolvimento da luta pela terra e pela reforma agrária. A CPT rompia o isolamento das diferentes práticas, realizando contatos, visitas e encontros entre sem-terra de diferentes estados. (FERNANDES, 2000, p. 75)

A CPT é um dos movimentos que contribuíram para o surgimento de outros movimentos de luta, como o MST, além de ser um espaço de socialização entre os sem-terra.

## **O PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA NO CURIMATAÚ PARAIBANO**

A concentração fundiária na Paraíba assim como no Brasil, começou com o processo colonial de ocupação do território. No litoral estavam concentrados os grandes latifundiários, senhores de engenho, produtores de cana-de-açúcar que era destinada principalmente para exportação. “A organização inicial do espaço agrário litorâneo baseou-se na produção açucareira destinada ao mercado externo, na divisão das terras em grandes unidades produtivas conhecidas por engenho e no trabalho escravo” (MOREIRA; TARGINO, 1996, p. 33).

Além de possuírem o poder, o capital e a terra, os latifundiários, possuíam um grande número de mão-de-obra escrava e explorada, onde trabalhadores pobres, negros escravizados, pequenos agricultores, eram obrigados a trabalhar em péssimas condições, para manter as propriedades dos latifundiários em funcionamento e gerando renda ao dono, no auge da produção açucareira. “A reação dos indígenas à subordinação da sua terra e do seu povo ao processo colonizador constitui a primeira forma de luta pela terra que teve lugar na Paraíba” (MOREIRA; TARGINO, 1996, p.28).

Porém com a crise da cana-de-açúcar e a diminuição da mão-de-obra escrava, foram surgindo outros tipos de relações de trabalho, em substituição ao trabalho escravo. Um exemplo é o sistema morador, “camponeses sem terra que recebiam do proprietário fundiário a autorização de habitar na propriedade, ocupar um pedaço de terra (os sítios) e nele cultivar uma roça” (MOREIRA; TARGINO, 1996, p. 43).

Outro tipo de relações de trabalho era o foreiro, aquele que pagava um valor em dinheiro (o foro), ao dono da terra, para poder cultivar. Na região do Curimataú existia o sistema de parceria, onde o trabalhador explorava a terra de terceiros, mediante parceria,

estabelecendo um contrato escrito ou verbal, sendo obrigado a pagar com uma parte da produção (MOREIRA; TARGINO, 1996).

Enquanto o litoral ficou responsável pela produção de cana, o agreste produzia gêneros alimentícios e o sertão à pecuária bovina, onde também havia grandes fazendas de gado. Houve a necessidade de separação entre a cana e o gado. No Sertão ocorreu uma expropriação de terras indígenas para o estabelecimento das fazendas e isso causou lutas dos indígenas para permanecer na terra. Segundo Moreira e Targino (1996, p. 69) “A ocupação do território sertanejo se deu de modo violento”.

Os conflitos no campo surgem por causa da resistência dos camponeses em sair da terra, ou seja, resistem à expropriação que sofrem para o estabelecimento e manutenção das grandes propriedades. Os conflitos também envolvem, “ocupações: ações coletivas de famílias sem terra, que reivindicam as terras que não cumprem a sua função social, e acampamentos: locais de luta fruto de ações coletivas, geralmente localizadas no campo, onde famílias sem terra reivindicam assentamentos” (SILVA, 2012, p. 10). Reivindicam devido à necessidade de ter onde morar e trabalhar.

Os conflitos no Curimataú começaram com o ciclo do sisal e do algodão, onde na região produzia esses produtos, porém os agricultores eram submissos aos donos das terras, que obrigavam a pagar pela produção e quando queriam as terras, expulsavam os trabalhadores sem pagar nada pelo trabalho feito (SÁ SOBRINHO, 2010). Quando os camponeses resistiam a sua expropriação e a ocupação de suas terras, acabava gerando diversos conflitos no campo, com os grandes latifundiários.

Na bacia do Curimataú, existem alguns assentamentos rurais que possibilitaram as pessoas beneficiadas, viverem minimamente de forma digna. Tais assentamentos foram resultado da pressão de movimentos sociais (CPT, MST), para a realização da reforma agrária, para que a terra pudesse cumprir com a sua função social. Esses movimentos acreditam que a redistribuição de terras pode melhorar a vida do homem do campo:

Esses movimentos fundamentam suas ações na certeza de que a reforma agrária, executada de forma correta, diminui a pobreza e cria novas oportunidades para o homem do meio rural. Vale ressaltar que não basta só distribuir terras, é preciso fornecer crédito e infra-estrutura para que os assentamentos sejam auto-suficientes, no menor intervalo de tempo possível. (SCHMIDT, 2004, p. 7)

A reivindicação por terra não acontece apenas por meio de acampamento, mas pode ocorrer também por meio de “fechamentos de rodovias, ocupações de instituições públicas e privadas” (LIMA, 2008, p. 2). Como algumas vezes ocorreu em áreas do Curimataú, onde pessoas fecharam rodovias, para reivindicar a permanência na terra, resistindo à expulsão. Os

assentamentos rurais na área estudada possuem considerável número de moradores, além disso, eles produzem alimentos para o consumo interno e quando sobra, o excedente é comercializado nas cidades próximas, em feiras orgânicas ou no próprio assentamento. Desta forma, podem conseguir algum lucro para se manter e investir nas próximas produções.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao analisar dados do INCRA (2017), sobre os assentamentos situados na bacia do Curimataú, observou-se alguns resultados (quadro 1).

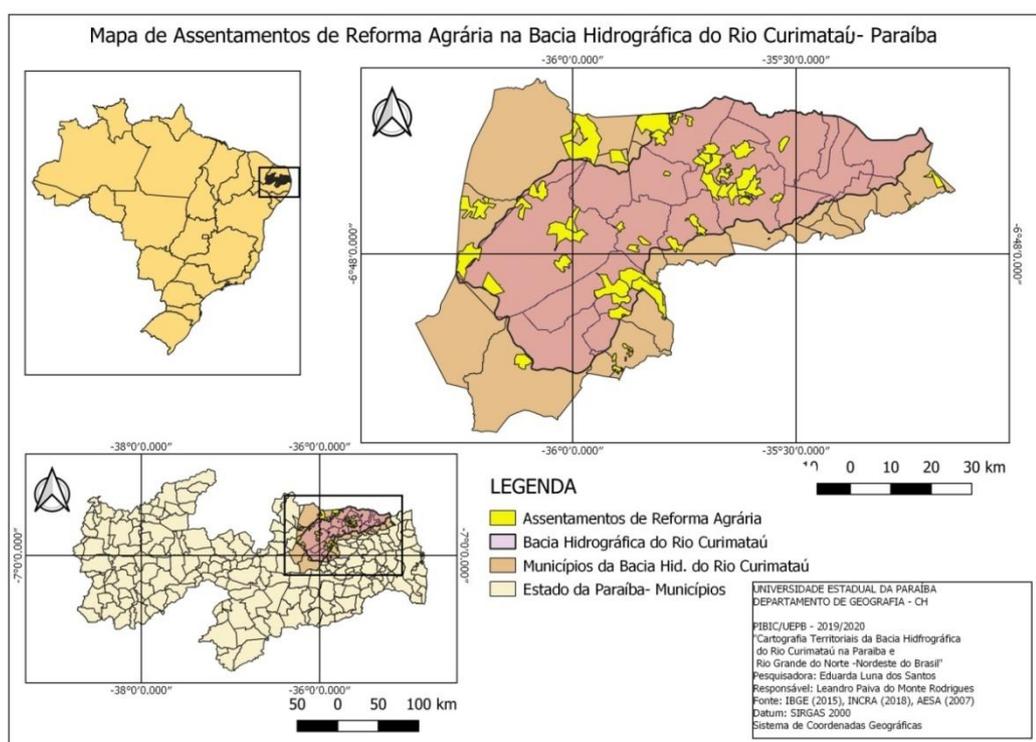
Quadro 1: Quantidade de assentamentos rurais na bacia hidrográfica do rio Curimataú.

<b>Assentamentos Rurais nos Municípios da Bacia do Rio Curimataú - PB (2017)</b>				
<b>Municípios</b>	<b>Quantidade de Assentamentos</b>	<b>Capacidade (nº de famílias)</b>	<b>Famílias Assentadas</b>	<b>Área (km<sup>2</sup>)</b>
Algodão de Jandaíra	3	110	110	66,323
Araruna	10	320	293	39,689
Areial	3	48	48	4,506
Bananeiras	12	443	423	63,718
Barra de Santa Rosa	7	399	393	130,1
Belém	0	0	0	0
Cacimba de Dentro	1	16	16	1,738
Caiçara	0	0	0	0
Casserengue	3	35	35	10,284
Cuité	2	218	211	81,259
Damião	1	50	49	13,184
Dona Inês	5	222	217	53,077
Duas Estradas	0	0	0	0
Esperança	3	89	87	4,598
Jacaraú	4	183	168	21,343
Lagoa de Dentro	0	0	0	0
Logradouro	0	0	0	0
Olivedos	0	0	0	0
Pocinhos	3	117	105	29,95
Remígio	4	202	202	50,739
Riachão	1	44	44	10
Pedro Régis	0	0	0	0
Serra da Raiz	0	0	0	0
Sertãozinho	0	0	0	0
Solânea	2	80	80	14,64
Sossêgo	2	88	87	28,915
Tacima	1	35	35	5,331
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>2.699</b>	<b>2.603</b>	<b>629,394</b>

Fonte: adaptado do Incra, 2017.

Percebe-se que na bacia hidrográfica do Rio Curimataú na Paraíba, é constituída por 27 municípios. Juntos eles possuem 66 assentamentos, com capacidade para 2.699 famílias, onde 2.603, já estão assentadas. Considerando uma média de 4 pessoas por famílias, seria cerca de 10.412 pessoas residentes em assentamentos no campo. Alguns municípios possui assentamentos com significativa quantidade de famílias assentadas, porém outros como é o caso de Belém, Caiçara, Duas Estradas, Lagoa de Dentro, Logradouro, Olivedos, Pedro Régis, Serra da Raiz e Sertãozinho, não possuem nenhum assentamento. (Ver mapa 1)

Mapa 1: Assentamentos da Bacia Hidrográfica do Rio Curimataú-Paraíba



Fonte: IBGE (2015); INCRA (2017); AESA (2007)

O município de Araruna, possui em seu território 10 projetos de assentamento da Reforma Agrária. O município tem uma população de 18.879 habitantes, desse número, 9.551 pessoas vivem no campo, isso corresponde a 50,5% da população. Dessas 9.551 pessoas que vivem no campo, cerca de 1.172 são pessoas assentadas, isso significa que 12% da população rural são assentados de reforma agrária. Os assentamentos ocupam 16,5% da área territorial do município, que é de 241,302 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019; INCRA 2017).

Bananeiras tem em seu município 12 projeto de assentamento da Reforma Agrária, com população total de 21.851 habitantes, possui 13.183 pessoas que residem na zona rural, ou seja, 60,3% da população de Bananeiras, vive no campo. Em assentamentos rurais vivem

cerca de 1.692 pessoas, isso corresponde a 12,8% da população rural. Os assentamentos ocupam 24,7% da área territorial do município, que é de 257,753 km<sup>2</sup>. Isso contribui para o desenvolvimento rural do município (IBGE, 2019; INCRA 2017).

Outro município que tem um bom número de assentamentos é Barra de Santa Rosa, com um total de 7 assentamento, o município tem uma população total de 14.157 pessoas, na qual 6.201 moradores, são da zona rural. Isso quer dizer que 43.8% da população reside no campo. Com relação aos moradores dos assentamentos rurais, representam 25,3% da população rural, ou seja, cerca de 1.572 pessoas são assentadas. Os assentamentos ocupam 16,8% da área territorial do município, que é de 775,646 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019; INCRA 2017).

O município de Dona Inês contém 5 assentamentos, com uma população de 10.517 cidadãos, dos quais 5.862 são moradores do campo, ou seja, 55,7% da população total. Apesar de ser uma cidade com a maioria da população residente no campo, conta apenas com aproximadamente 868 pessoas assentadas, que corresponde a 14,8% da população rural. Os assentamentos ocupam 32% da área territorial do município, que é de 166,128 km<sup>2</sup>. Percebe-se que os assentamentos são importante para a ocupação territorial do município, pois ocupam considerável área.

Outra cidade localizada na bacia hidrografica do Curimataú é Jacaraú, que contém 4 assentamento da Reforma Agrária. Possui 13.942 habitantes, desse total, 5.910 pessoas residem no campo, o que corresponde a 42,3% da população total. Também possui assentamentos, que contam com cerca de 672 moradores, que representa 11,3% da população rural. Os assentamentos ocupam apenas 8,5% da área territorial do município, que é de 253,009 km<sup>2</sup> (IBGE, 2019; INCRA 2017).

Outra cidade que mais possui assentamento é Remígio, com um total de 4 assentamentos da Reforma Agrária. Sua população é de 17.581 moradores, já a rural é de 4.628, o equivalente a 26,3% da população total. Na população rural, aproximadamente 808 moradores, residem em assentamentos de reforma agrária, isso significa 17,5% da população do campo. Os assentamentos ocupam 28% da área territorial do município, que é de 180,897 km<sup>2</sup>. A julgar pelo tamanho da área ocupada pelos assentamentos, percebe-se que eles foram importantes para o estabelecimento das pessoas e para a promoção do desenvolvimento social na área rural do município.

Estes municípios possuem a maior quantidade de assentamentos da bacia hidrográfica do Curimataú, assim, merecem destaque devido a área, quantidade, capacidade e número de famílias assentadas. Tais resultados mostram que os assentamentos podem ser importantes

tanto para as pessoas beneficiadas, quanto para o município, que promove melhoria de vida para as famílias, proporcionando o desenvolvimento para aqueles que mais precisam, dando a terra para que consigam o seu sustento de vida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A reforma agrária é algo essencial para a distribuição justa da terra e diminuição das desigualdades sociais, principalmente no campo. Porém é um assunto que gera muitas polêmicas, pois tem os que defendem e aqueles contrários a sua implementação. Mas essa é uma forma de tornar produtiva, aquelas terras que não estão sendo usadas, além de disso, promove a função social da terra, bem como proporciona para as famílias, a esperança de ter um pedaço de terra para trabalhar e viver.

A bacia hidrográfica do rio Curimataú, localizada em sua maior parte no semiárido paraibano, possuem 27 municípios, que são constituídos por assentamentos de reforma agrária, e que são importantes para a formação do território de cada um. Além disso, a principal função dos assentamentos é justamente a melhoria de vida das pessoas que não tem terra, promovendo o desenvolvimento social e econômico, garantindo uma vida mais digna. Os assentamentos contaram com o incentivo de políticas públicas (mesmo que falhas) e com a ajuda dos movimentos sociais, que reivindicaram e contribuíram para a luta pela terra e pela reforma agrária.

Estas são algumas considerações sobre a pesquisa, que ainda está em andamento e que continuará se dedicando a análise destas questões. Os assentamentos também produzem a agricultura familiar, ou seja, produtos alimentícios que são consumidos e comercializados pelos assentados e que contribuem para o rendimento econômico das famílias. Vale ressaltar que o objetivo dos assentados na maioria das vezes, não é o lucro, mas sim a melhoria de vida, tendo para isso, a terra.

Portanto, a maioria dos municípios da bacia do Curimataú, possuem assentamentos de reforma agrária. Estes não se deram de forma fácil, mas sim, por meio de reivindicações e luta pela terra, que surgiram desde o início da colonização e que até hoje ainda existe. Cada município possui em sua gênese, história de luta, resistência e persistência, que resultaram na realização da reforma agrária e instalação dos assentamentos rurais.

## **REFERÊNCIAS**

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** – Petrópolis-RJ: Vozes, 2000. 316 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.** Presidente Prudente: [s.n.], v. 2, 2013. 329 p.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira.** 2008, 347 p. Tese (Doutorado em Geografia). – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008, 347 p. Disponível em: <repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11494/girardi\_ep\_dr\_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 15/09/2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, IBGE. **IBGE Cidades,** 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em: 19/09/2019

LIMA, Edvaldo Carlos de; AMORIM, Caio Augusto Maciel; THOMAS JUNIOR, Antonio. Movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária na Paraíba: concepções teóricas a partir do trabalho de campo. In: X Colóquio Internacional de Geocrítica, **Anais...** Barcelona, 2008. Disponível em: <ub.edu/geocrit/-xcol/212.htm> Acesso em: 17/09/2019

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, ano 9, nº 8, janeiro-junho, Presidente Prudente, 2006, p. 151-172. Disponível em: <revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1445/1422> Acesso em: 15/09/2019

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba.** – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996, 333 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007. 184 p.

SÁ SOBRINHO, Rosivaldo Gomes de. **Agricultura camponesa no Curimataú Paraibano: entre a subsistência e a sustentabilidade socioambiental.** 2010, 203 p. Tese (Doutorado em Sociologia). – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010, 203 p. Disponível em: <reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2010%20Rosivaldo%20Gomes%20de%20Sa%20Sobrinho.pdf> Acesso em: 16/09/2019

SCHMIDT, Ricardo; MOUTINHO, Lúcia; TARGINO, Ivan. Recursos ambientais e dinâmica populacional no semiárido paraibano: um estudo dos casos de Condado e Santa Helena. In: XLII Congresso da SOBER, **Anais...** Cuiabá-MT, 2004. 14 p. Disponível em: <sober.org.br/palestra/12/050276.pdf> Acesso em: 17/09/2019

SILVA, Rodrigo Brito da; GARCIA, Maria Franco. Terra, água e território: conflitos na bacia do rio Paraíba. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, **Anais...** Uberlândia-MG, 2012. 19 p. Disponível em: <lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\_enga\_2012/eixos/1391\_2.pdf> Acesso em: 16/09/2019.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Atual, 1997. 71 p.